



REQUERIMENTO      Número /x ( .ª)

PERGUNTA      Número 1142 /x ( 4 .ª)

Expeça-se
Publique-se
4 12 2009
O Secretário da Mesa

*Francisco Sá Carneiro*

**Assunto:** Interrupções no fornecimento de energia eléctrica em Matosinhos

**Destinatário:** Ministério da Economia e da Inovação

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

Há muito que o fornecimento de energia eléctrica por parte da EDP em algumas zonas do Concelho de Matosinhos se revela insuficiente, sujeito a interrupções frequentes, de pouca duração, umas vezes, bem mais demoradas, noutros casos.

A verdade é que esta é uma situação recorrente em Matosinhos, que a EDP não tem melhorado nem tão pouco explicado devidamente, como é seu estrito dever e obrigação, aos utentes e à população em geral, a qual tem sido afectada, muitas vezes com prejuízos, seja na interrupção de aulas de escolas, seja nas consequências que provoca em muitas empresas que funcionam nas zonas atingidas, seja na afectação da vida de muitas centenas de famílias que ficam sem energia eléctrica.

Esta situação tem vindo a ser ainda mais frequente nos últimos tempos, particularmente na freguesia de Matosinhos, mormente nas áreas envolventes à Avenida Villagarcia de Arosa. Para além das já "tradicionais" e frequentes interrupções de curta duração, ocorreram recentemente pelo menos dois cortes mais longos, na sexta-feira, dia 23 de Janeiro, durante perto de duas horas (na hora de almoço) e no início da madrugada de segunda-feira, dia 26 de Janeiro, durante pouco mais de uma hora.

Segundo informações que pude recolher, houve mesmo necessidade de interromper a prestação de aulas e de alguns serviços em estabelecimentos escolares situados nas imediações, para além dos prejuízos causados em algumas empresas aí localizadas, as quais vieram muito justamente revelar a sua indignação perante a ineficácia dos responsáveis e a ausência de resposta de autoridades, incluindo as autárquicas, mormente quanto a eventuais prejuízos causados na sua actividade empresarial.

O desaparecimento – em resultado de uma inaceitável política de privatização que despreza a qualidade do serviço público e prioriza o lucro - de serviços e equipas locais descentralizadas em número e qualificação adequada e suficiente, tal como a eventual ausência de resposta no reforço da capacidade de



fornecimento a uma zona do Concelho com uma evolução demográfica acentuada, bem assim como a inaceitável falta de informação pública (aliás obrigatória) aos cidadãos, aliada a uma “intermediação” naturalmente ineficiente da parte dos responsáveis autárquicos, (que não tendo tal obrigação, não estarão muito preocupados, mesmo quando as falhas são recorrentes e afectam centenas de munícipes ou até a deficiente iluminação pública que por vezes também atinge esta zona do Município), estará certamente na origem desta situação inaceitável.

Para além de respostas mais globais que alterem a política de fornecimento de energia em Portugal, importa responder às questões concretas colocadas pela situação que atingiu e continua a atingir Matosinhos. Por isso, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministério da Economia e Inovação, responda às seguintes perguntas.

1. Que explicações gerais dá a EDP a recorrentes e insistentes falhas de fornecimento de energia eléctrica em Matosinhos? Que causas tem a situação, o que deveria ter já feito a EDP para as suprir, o que estará ou não a fazer e quando é que espera ter resolvido integralmente a situação?
2. E quanto à situação que se tem ainda a agravar em algumas zonas, mormente na zona envolvente à Avenida Villagarcia de Arosa, na freguesia de Matosinhos? Existe, ou não, alguma outra causa próxima ou conjuntural que esteja na origem do recente agravamento da situação de interrupção do fornecimento de energia eléctrica a empresas, escolas e habitações?
3. Em nenhuma das situações descritas, mormente nos casos de interrupções demoradas, tem havido qualquer informação pública aos utentes sobre as razões das interrupções, seja de natureza prévia (quando ela é programada) seja quanto ao eventual ressarcimento de prejuízos (quando ela é não programada)? Que explicações dá o Governo e a DEP para o não cumprimento de obrigações irrevogáveis para com os utentes?
4. E quanto à manutenção e substituição de pontos de iluminação pública no Concelho? Porque demora tanto tempo a EDP – por vezes meses - para a sua reparação?

Palácio de São Bento, 2 de Fevereiro de 2009

O Deputado:

(Honório Novo)